

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

O NOVO ENSINO MÉDIO E SUAS REPERCUSSÕES PARA ACESSO, PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E PARA O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES INICIAIS

SIMONE ELIZA DO CARMO LESSA¹

RESUMO

Neste artigo apresentamos reflexão sobre o Novo Ensino Médio, política regressiva que contrarreforma este segmento educacional, ao reformular currículo e conteúdo. Entendemos que este quando tem efeitos deletérios sobre a qualidade educacional, aprofundando desigualdades e impactando nas possibilidades de acesso ao ensino superior. Além disso, suas consequências serão sentidas no trabalho dos profissionais da educação, inclusive assistentes sociais atuantes nesta política.

Palavras-chave: Educação, Novo Ensino Médio, trabalho das assistentes sociais

SUMMARY

In this article we present a reflection about the New Secondary Education, a regressive policy that reforms this educational segment, by reformulating curriculum and content. We understand that this has deleterious effects on educational quality, deepening inequalities and impacting the possibilities of access to higher education. Furthermore, its consequences will be felt in the work of education professionals, including social workers working in this policy.

Keywords: Education; New High School; work of Social-Workers

1 - INTRODUÇÃO:

Neste artigo falaremos da política educacional brasileira na atualidade, com destaque para as ações do Novo Ensino Médio (NEM) e a reestruturação curricular ali contida. Entendemos que o NEM impactará nas formas de aprender e no que se aprende, especialmente

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

para estudantes das escolas públicas, em destaque os mais pobres e aqueles que podem ser potenciais candidatos à política de cotas. Trata-se do estudo de um objeto legal e uma política pública em construção, em disputa e em movimento, que está atualmente na Câmara dos Deputados, depois de passar pelo Senado Federal -- saindo da Câmara o NEM poderá ser sancionado ou vetado pelo presidente Lula da Silva.

Para esta análise precisaremos recuperar, de modo breve, os sentidos de educar. Além disso, precisaremos falar da conjuntura. Começemos: trabalhar e educar são atividades essencialmente humanas. Como nos diz Saviani (2007) somente as sociedades humanas trabalham teleologicamente e educam. A primeira atividade – o trabalho – é responsável pela ontologia do ser, pela constituição das sociedades humanas em suas complexidades e contradições. Em outras palavras, por meio desta experiência os seres sociais transformam a natureza, modificam-se trabalhando e construindo relações complexas, que extrapolam o ato de trabalhar, mas que vêm marcadas por esta experiência. O ato de educar está intimamente relacionado ao trabalho. No entanto, trabalhar e educar não são atos inatos, ou seja, para trabalhar é preciso aprender suas formas de execução, seus instrumentos, acessando conhecimentos para sua realização. Isso é viabilizado pela ação educadora, que pode inclusive, acontecer enquanto se trabalha, como nos diz Saviani (2007, p 154): *os homens aprendem a produzir sua existência no ato de produzi-la*. Em outras palavras, desde os primórdios da humanidade, mesmo antes da existência de instituições educacionais, educar é condição construção das sociedades humanas e para viver.

Em uma sociedade complexa como a capitalista, mundializada, focada na exploração do homem e da natureza, demandante de força de trabalho adequada aos sempre renovados ditames da produtividade e do lucro, a educação é política disputada em seus sentidos e por isso, indagamos: educar para que? Este modo de produção que está em permanente crise, demanda, desde a origem, uma sociedade letrada no essencial para a execução de tarefas fundamentais à produção, como nos diz Manacorda (2000). Neste sentido, para viver na sociedade capitalista é preciso apreender seus valores fundamentais e condutas positivadas: individualismo, meritocracia, competitividade, empreendedorismo, justificação da desigualdade social. Em tempos atuais de desesperança, destruição da natureza e crise econômica sem fim, os fundamentalismos, o anti-intelectualismo, a negação do pensamento científico e das opressões são elementos deste aprendizado. Retomando a pergunta acima: a educação para os valores capitalistas tem prevalecido, ainda que existam disputas e resistências. A esta ideia, por

fim, acrescentamos: se o ato de trabalhar está precarizado, o mesmo ocorrerá com o ato de educar.

Neste contexto, a contrarreforma do Ensino Médio tem papel fundamental na organização de uma formação imbuída dos valores fundamentais do capitalismo contemporâneo, especialmente, para a juventude oriunda da escola pública, porque ali estão os filhos da classe trabalhadora, aqueles que ficarão ocupados nos empregos menos especializados. Assim, além do letramento básico para estar no mundo do trabalho nas ocupações mais simples, é preciso ter competências socioemocionais, tolerância ao estresse e frustrações, como de fato, vem sendo praticado nos conteúdos do NEM. Em outras palavras, formar jovens trabalhadores empobrecidos, imbuídos dos valores neoliberais, é tarefa fundamental do capital.

Abordados os temas trabalho e educação, é preciso tratar do contexto brasileiro, na ascensão do NEM. Vivenciamos um golpe jurídico-parlamentar e midiático, em ataque à presidenta eleita legitimamente em 2016 e seguimos com a ascensão de um governo ilícito (visto que decorrente de um golpe). Esta administração, entre outros retrocessos, culmina na emenda constitucional 95 – que estabelece novo regime fiscal e limita investimento em políticas sociais. Somado a isso, realiza as contrarreformas trabalhista, previdenciária e do Ensino Médio. Tais instrumentos legais, econômicos e políticos expressam as disputas em torno do fundo público e a hegemonia dos interesses do capital privado e especulador defendidos pela burguesia, diante de resistências importantes, mas não suficientes para deter este processo.

A partir de 2023, após um processo eleitoral extremamente disputado e polarizado, Lula da Silva foi eleito para o seu terceiro mandato¹. Depois do golpe, de sua prisão e de quatro anos de degradação de direitos e da democracia, o novo presidente assume com o compromisso de reverter a citada Emenda Constitucional 95, retomar processos democráticos e combater a pobreza. No entanto, diante de um congresso conservador e da construção de um governo de profunda coalizão, imensa conciliação, além da falta de mobilização social na defesa de direitos

¹ Vamos colocá-lo em nota de rodapé o que é bem condizente com sua pequenez. Assim, falemos de tal capitão. No caldo de cultura golpista e reacionária é realizada, em 2018, a prisão do então ex-presidente Lula da Silva, seguida, não coincidentemente, da eleição de J. Bolsonaro, antigo representante da direita, eleito por décadas a fio, que como legislador era presença frequente em programas de auditório popularescos com suas pautas irrelevantes, dotado de inexpressiva ação legislativa. Este governo materializa o caos: mais regressão nas políticas sociais, descaso na gestão da pandemia maximizando óbitos, extinção de instâncias democráticas como os conselhos de direitos, além do estímulo à crescente presença do fundamentalismo religioso nas pautas governamentais, especialmente as do campo educacional. Composto este quadro é preciso lembrar do projeto golpista bolsonarista tornado público recentemente. Como podemos ver, em um pequeno trecho não é possível exprimir as tragédias brasileiras dos últimos anos, mas em resumo, os retrocessos têm sido a tônica dos anos pós golpe.

e da democracia, os avanços conservadores seguem firmes e fortes. Assim, é possível dizer que o golpismo, os ataques aos nossos tardios direitos, bem como o crescente reacionarismo, fazem parte da nossa cultura e foram revitalizados nos anos recentes, inclusive com uma tentativa de golpe em janeiro de 2023. Estamos diante de uma democracia burguesa, cheia de limitações, que foca a participação social no voto, mas ainda assim, cada vez mais atacada e erodida (no Brasil e no mundo) diante de uma incontornável crise do capital.

Na esteira destes processos precisamos analisar a política educacional por seu papel fundamental na reprodução ideológica e produtiva da força de trabalho. Trata-se de uma política fortemente disputada pelos interesses da burguesia e dos trabalhadores. Além disso, seu potencial altamente mercantilizável de instituições e serviços aprofunda este tensionamento classista. Por isso, estudar a política educacional é fundamental. Assim, é preciso problematizar o Novo Ensino Médio (NEM) política nem sempre divulgada e conhecida pela sociedade brasileira. Organizada no pós-golpe a proposta passou por processo tardio de avaliação pública, em 2023, já no advento do governo Lula da Silva, que cedeu às pressões democráticas por esta revisão. Feita avaliação pública, o debate passou pelo CONAE (Conferência Nacional de Educação), ocorrida em 2024, que criticou duramente o NEM e pediu sua revogação, demonstrando que a sociedade civil organizada em torno do direito à educação pública de qualidade, rejeita essa contrarreforma.

A avaliação pública foi concluída e a efetivação da lei passou pelo senado que realizou algumas mudanças no formato anterior e conseguiu minimizar alguns problemas, graças à pressão popular e ao diálogo com senadores progressistas. Porém, em uma manobra que revela a força dos interesses do grupo conservador que defende o NEM, o texto voltou ao congresso, que possui perfil afinado com a contrarreforma do Ensino Médio. A revogação do NEM, que seria a melhor proposta não foi alcançada, demonstrando a força reacionária hegemônica na luta de classes brasileira. Agora temos os vetos presidenciais, mas sem mobilização social, eles podem não acontecer. Portanto, a implementação do NEM e dos atrasos que ele representa, segue aceleradíssima.

Nesta reflexão trazemos dados sobre a contrarreforma e sua implementação colhidos em jornais de grande circulação, bem como dialogamos com pesquisadores da área como Cara e Cassio (ambos em reflexões de 2023) e levantamos dados no MEC.

Este texto é escrito por uma assistente social com experiência com jovens trabalhadores e professora extensionista que atua em projeto que busca alcançar potenciais cotistas em Pré-Vestibulares comunitários. Portanto, trata-se de uma reflexão marcada por experiências de diálogo com a juventude em formação, efetivada por uma assistente social e professora que quer pensar sobre os impactos do NEM. Suas consequências podem repercutir em candidatos às cotas e suas condições para conquistar uma vaga, terminando por se refletir no trabalho das assistentes sociais que atuam no campo educacional. Portanto, nosso texto pretende problematizar estas questões, desvelando os impactos regressivos do NEM para o exercício do direito à educação de qualidade, para acesso ao ensino superior e à condição de cotista e, em debate inicial, para o trabalho de assistentes sociais que atuam nesta política. Entendemos que há imensa relevância na temática, pela fragilização do Ensino Médio que o NEM efetiva como expressão da disputa de projetos societários e da luta de classes no Brasil contemporâneo.

2- DESENVOLVIMENTO: mas o que é o NEM?

O NEM foi proposto em 2017, em um contexto pós golpe e de retração da nossa frágil democracia, sem prévio debate com a sociedade brasileira, de modo a atender aos interesses do capital privado, no sentido da construção de uma formação média utilitária e submetida ao mercado. Efetivado de forma acelerada por meio da Lei 13.415/2017, não coincidentemente, durante o governo do ilegítimo Michel Temer, sua materialização se dá sob discurso da burguesia e de seus representantes na grande mídia, afirmando que as mudanças propostas pelo NEM implicariam em qualidade e no aumento da atratividade deste nível educacional para a juventude, escondendo a perversa precarização da educação pública de nível médio, em um país com dramática evasão escolar de adolescentes e jovens (segundo o Censo Educacional de 2022, 9 milhões de brasileiros/as de 18 a 29 anos não concluíram a Educação Básica).

Tem havido grande investimento na espetacularização do NEM, bem como na sua defesa, com o suporte dos grandes veículos de comunicação. Estes destacam sua suposta eficácia na melhoria da educação brasileira. Entendemos que estamos diante de falácias sobre positivos impactos do NEM, como discorreremos ao longo do texto. Por isso, nossa hipótese é de que o NEM contém, em si, impactos negativos na permanência e na qualidade do Ensino Médio, além de possuir caráter reacionário pelo empobrecimento teórico deste nível de formação, o que nos aponta em direção ao conservadorismo e a uma educação frágil e acrítica quanto aos preconceitos e discriminação. Além disso, esta mesma fragilidade pode ser um empecilho

importante para o desejo – cheio de barreiras de ordem econômica e social -- do acesso à educação superior.

No entanto, é preciso dizer que os problemas educacionais brasileiros não se restringem ao NEM. A PNAD 2023, por exemplo, revela que uma em cada três crianças de 0 a 3 anos não estão na creche e, neste mesmo sentido, sinalizamos a evasão nas séries finais do ensino fundamental, bem como o fato de que somente 58% dos jovens com até 19 anos concluíram o Ensino Médio. De fato, concordamos que o Ensino Médio precisa de mudanças, mas o NEM não cumpre este papel. Pelo contrário: o NEM aprofunda desigualdades e precariza a formação média de diversas formas a serem debatidas no presente texto: pela estrutura curricular, pelas más condições de trabalho docente e por não tocar nas questões estruturais que atingem este nível de formação.

Com o NEM estará gestada para a juventude pobre, uma educação sem qualidade no aprendizado que não toca nas questões fundamentais da dinâmica educacional: prédios escolares, sua infraestrutura e trabalho docente sucateados, juventude trabalhadora sem direitos. Os jovens oriundos desta experiência podem desconhecer formas de acesso à educação superior, à política de cotas, naturalizando o trabalho precarizado. De fato, em nossa experiência extensionista no projeto “Alcançar o Cotista” desde 2014, revela que a juventude das periferias das escolas públicas do Rio de Janeiro, tem pouca ou nenhuma informação sobre cota e mesmo sobre a universidade pública. O NEM tem potencial para fazer crescer este desconhecimento, ampliando o abismo entre quem acessa este tipo de informação e quem a desconhece.

Estas são questões muito graves com repercussões, especialmente, para os mais pobres e podem aprofundar desigualdades educacionais. Temos 7,7 milhões de matrículas neste segmento, 83,6% na rede estadual, (MEC, Censo Educacional, 2023) e sabemos que a infraestrutura neste nível é precária. Como exemplo, falando especialmente do Rio de Janeiro, estado do sudeste, a segunda economia nacional e antiga capital federal dotada de diversos equipamentos públicos: as escolas estão sucateadas, faltam prédios, alimentação no espaço escolar não existe ou é precária, o piso nacional salarial docente não é respeitado, como podemos verificar em nosso cotidiano de trabalho.

Soma-se a este quadro o fato de que a pandemia teve duros impactos sobre a educação, complexificando questões anteriores: frágil aprendizado, evasão, não acompanhamento das

aulas remotas por falta de condições materiais e subjetivas, falta de acesso a livros, são expressões deste quadro. Um dos resultados são as desistências diante do ENEM e das possibilidades de acesso ao Ensino Superior (de fato, segundo o INEP, em 2022 o ENEM teve o menor número de inscritos desde sua organização em 1998; além da baixa adesão houve uma abstenção de 31,9%).

Postas estas questões, é preciso dizer que na sociedade capitalista especialmente nas periferias marcadas pela escravidão de negros, pela exploração de indígenas e seus impactos sobre o trabalho, na negação de direitos e na naturalização da desigualdade, a dualidade estrutural² assume contornos ainda mais profundos. Seus impactos sobre a educação se materializam no histórico desfinanciamento, no descompromisso com sua qualidade, especialmente para os mais pobres. Assim, a educação voltada para a burguesia não é a mesma pensada e destinada aos filhos e filhas da classe trabalhadora. Formação ampla, dotada de bases da ciência, da linguagem, do cálculo, da tecnologia, do corpo e das artes para os primeiros e uma educação simplificada, restrita e aligeirada, empobrecida, visando o trabalho, para os segundos. A formação da classe trabalhadora acaba gerando o que Kuenzer (2005), chamou de certificação vazia, ou na concepção de Dardot e Laval (2016), a formação do cidadão neoliberal, ou seja, aquele que responde positivamente aos processos econômicos e culturais do capitalismo contemporâneo.

No nosso entendimento, as bases deste processo estão relacionadas com a dualidade estrutural e com a fragilização da educação da juventude oriunda dos segmentos populares, que terão cessadas suas possibilidades de acessar uma formação mais ampla, com alguma crítica à formação social, com fundamentos do pensamento científico, tecnologia e das linguagens. Ao contrário disso, entendemos que haverá a priorização das demandas de um mercado de trabalho sem direitos, dotado de longas jornadas que dificultarão ainda mais os processos de aprendizagem e expulsarão mais jovens da escola. Os oriundos do NEM podem ter menos condições de se entenderem como cidadãos de um mundo que precisa enfrentar as opressões, cuidar do meio ambiente e fazer ciência, ficando limitados a questões emergenciais de

² As profundas desigualdades de uma sociedade classista e periférica como a brasileira se refletem na educação e produzem uma dualidade educacional que se expressa em projetos e instituições formadoras distintas, segundo a condição social. A escola não é única, apesar das legislações remeterem a uma ideia de unidade. Assim, uma educação aligeirada e para o trabalho simplificado para os filhos da classe trabalhadora, especialmente os que ocupam empregos da base da produção e outra, propedêutica, para os filhos da burguesia (CAMPELLO, 2009).

sobrevivência e às peculiaridades de um mundo hiper conectado e desigual. Os fundamentos deste processo é a luta de classes, refletida na disputa por projetos educacionais.

Nosso objeto de análise está em movimento e em construção, sendo impactado pelas disputas classistas presentes na sociedade. Os tensionamentos em torno do NEM revelam que o ingresso dos mais pobres na Educação Superior é questionado pela burguesia e pelas camadas médias urbanas³. Sim, entendemos que esta contrarreforma é uma resposta aos avanços no campo do pensamento crítico, do combate ao racismo, o capacitismo e a lgbt fobia, sendo também resultado de um caldo de cultura burguês que nega direitos fundamentais e valoriza posturas fascistas. Neste sentido, não é coincidência que seu nascedouro seja o golpe.

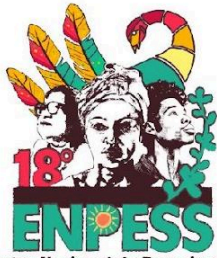
Feita esta contextualização, vamos detalhar o novo ensino médio e a seguir destacar possíveis impactos do trabalho de assistentes sociais atuando na política de educação: continuaremos a chamá-lo de contrarreforma⁴, que foi aprovada em contexto pós-golpe jurídico, parlamentar e midiático de 2016, estando ainda em processo de consolidação, visto que tem havido muita disputa política diante de sua efetivação.

O NEM se alinha a outras contrarreformas promovidas pelo mesmo governo ilegítimo que primou pela regressão: a trabalhista (que não gerou empregos) e a previdenciária (que não melhorou as condições de acesso dos trabalhadores à proteção no sistema de previdência), além da emenda constitucional que se concretizou no teto de gastos (EC 95/2016), que prometeu organizar a dívida pública, mas na verdade, garantiu o pagamento de banqueiros e da burguesia especuladora. Assim, neste mesmo sentido falacioso, a contrarreforma da Ensino Médio tem prometido atrair e garantir a frequência da juventude, desconsiderando que as dificuldades de permanência e conclusão educacional extrapolam a ideia da atratividade e do gosto pela escola, como nos dizem, em entrevista, Daniel Cara (BELOTTI, GRZEKA e BOHRER, 2023) e o próprio movimento estudantil, conforme o UBES (2023) e o Correio Brasiliense (2024).

Pelo demonstrado, o NEM encarna as falácias de uma suposta escolha da juventude e da melhoria da qualidade educacional. Em oposição, entendemos que a evasão escolar, especialmente para juventude que cursa no Ensino Médio público, não se explica pela ideia

³ Neste sentido, os questionamentos sobre as cotas raciais e sociais, por exemplo, seguem sendo um tema na sociedade brasileira.

⁴ Usaremos o termo contrarreforma, em diálogo com Bhering (2003), considerando que o termo “reforma” é utilizado historicamente como bandeira de luta da classe trabalhadora e o que o NEM propõe se traduz em retrocessos dessas lutas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

simplificadora de falta de atratividade pura e simplesmente, mas está intimamente relacionada às condições de vida de estudantes e às possibilidades de aprender que se colocam em suas trajetórias. Assim, o trabalho precarizado, a necessidade de cuidar da família, a falta de vagas perto de casa, a precarização das escolas e do trabalho docente, a falta de merenda, a violência nos territórios, os cuidados com filhos e família, são realidades a serem consideradas, que os defensores do NEM omitem. Além disso, a impossibilidade de vislumbrar que permanecer estudando pode ser um caminho positivo em suas vidas, em uma realidade em que a chamada “promessa integradora” (GENTILI, 2009) e uma suposta ascensão social contidas na educação, estão muito fragilizadas pela extrema desigualdade, também são fatores de desestímulo educacional. O aluno real, em suas condições efetivas e precarizadas de vida, marcadas pelo trabalho precoce, pelo frágil aprendizado escolar ao longo da vida, fica apagado pelo discurso de que a escola ensina o desnecessário, tem muitas disciplinas e tem professores antiquados, falando cansativamente para alunos desinteressados (REVISTA VEJA, 2023). Assim, suas condições de vida e para aprender ficam camufladas. De fato, pensar uma escola mais rica, que dialoga com o mundo, seus problemas e soluções possíveis, bonita, adequadamente financiada, com espaços adequados à beleza e ao aprendizado, com professores bem remunerados e em constante processo de aprendizado, são tarefas fundamentais. Nada isso é abordado pela contrarreforma, o que nos faz pensar que o NEM além de uma degradação da política educacional, é também uma ação pensada para a juventude pobre, freando possibilidades de acesso à educação de melhor qualidade e ao ensino superior público.

Postas estas questões, vamos detalhar o NEM. Esta é uma proposta de transformação estrutural profunda, que modifica disciplinas e conteúdos, tornando-os itinerários formativos. Assim, teremos os itinerários “linguagens, ciências da natureza, humanas, matemática e formação profissional, todos acompanhados do termo “e suas tecnologias” (MEC, Novo Ensino Médio, 2024), em lugar de química, física, artes, sociologia, história, geografia, por exemplo. Este formato associa amplos conteúdos em itinerários, o que pode empobrecer as disciplinas. Assim, nos 40% dos itinerários formativos estão sendo ministradas aulas de preparo de brigadeiro caseiro, arte de morar e mundo PET, por exemplo, no lugar de sociologia, história, educação física e artes, como reportagens recentes em instrumentos tradicionais de comunicação nos mostram (Revista Exame e Jornal O Globo, ambas em 2023). Além disso, para que os docentes deem conta dos citados itinerários, será preciso que assumam matérias para as quais não foram formados. Assim, professores de química poderão dar aula de biologia, já que ambas integram o

itinerário das ciências da natureza, o que pode significar uma fragilização de conhecimentos e uma maior exploração do trabalho docente.

Lembramos, como citado anteriormente, que 83,6% dos estudantes do Ensino Médio vêm da escola pública e que as escolas privadas, especialmente as mais caras e elitizadas, vão criar subterfúgios para blindar o NEM, pois este degrada a qualidade educacional e impacta nos concursos vestibulares. Assim, os resultados do NEM serão sentidos, duramente, pelos filhos da classe trabalhadora, o que já pode estar acontecendo, pois houve uma redução de 150 mil matrículas neste segmento educacional, segundo o Censo do MEC (2023) o que pode revelar, nas palavras de Cara, um desalento da juventude frente a sua escolarização (EPSJV, Fiocruz, 2024).

A proposição da extensão da jornada estudantil contida no NEM, em escolas de perfil integral (o que seria um imenso avanço), segue feita de forma falaciosa e precária: como pensar em educação integral para alunos trabalhadores, em escolas sem alimentação adequada e espaços salubres e adequados ao aprendizado? Lembramos que no Brasil, das 20.083 escolas de Ensino Médio, somente 2,5% praticam o horário integral (MEC, Censo Escolar, 2023). Além disso, considerando que a juventude brasileira vulnerabilizada por suas condições de vida, tem o trabalho como uma certeza, o acesso ao horário escolar integral, demandará suporte financeiro (como proposto pelo importante, mas ainda limitado, Projeto Pé de Meia)⁵.

A disputa pela definição da carga horária no NEM foi um capítulo à parte. Inicialmente, a ideia era diminuir as 2400 horas destinadas a esse nível educacional, para 1800, em evidente empobrecimento do tempo dedicado à formação. Depois da tardia consulta feita à sociedade brasileira, do CONAE e da mobilização de docentes e estudantes, a carga horária inicial foi

⁵ O Programa Pé de Meia (PPM), recém-lançado – março/2023 – pelo governo federal. Tendo por objetivo a transferência de recursos financeiros para estudantes matriculados no Ensino Médio (transferência anual), com frequência (transferência mensal), aprovados (transferência anual) e se inscritos no ENEM (transferência ao final do Ensino Médio), o autodenominado de incentivo financeiro educacional, está em fase de implantação (MEC, Programa Pé de Meia, 2024). Sem dúvida a experiência da transferência de renda é extremamente positiva em um país com imensa desigualdade social como o Brasil, ainda mais porque entre as razões para as dificuldades de permanência no Ensino Médio, está o trabalho precoce. Neste sentido, consideramos de grande relevância a existência de política de assistência estudantil, de transferência de renda no Ensino Médio. No entanto, o formato do PPM, focalizado na transferência de renda e sem ações sobre as possibilidades de aprendizado, sobre as estruturas dos prédios escolares, sobre o pagamento de professores e suas condições de trabalho, se configuram como limites do programa. Importante dizer que o acesso ao programa é realizado por meio da escola, que envia o nome dos estudantes classificados como “de baixa renda”, com idades entre 14 e 24 anos. Usuários do Programa Bolsa Família são prioridade no momento, ainda que os cadastrados no CADÚnico sejam também públicos prioritários. O PPM está em fase de implementação e suas consequências ainda são uma incógnita.

mantida. No entanto, o formato de itinerários segue o mesmo. No NEM teremos 40% da carga horária destinada aos itinerários e 60% para as disciplinas obrigatórias, ressaltando que somente português e matemática estão entre aquelas oficialmente oferecidas nos 3 anos de formação.

É importante reforçar que o NEM não tem nada de novo e reedita propostas elaboradas ao longo do século XX que intencionavam profissionalizar precocemente para as funções mais simples da produção e dificultar o acesso dos filhos da classe trabalhadora à educação superior. Falamos das leis 5692/1971, em plena ditadura militar empresarial, que tornou compulsória a profissionalização no então chamado segundo grau e de suas marcas, uma vez que na ocasião se praticou um aprendizado profissional precarizado nas escolas públicas, atacando a qualidade educacional e impactando nas oportunidades futuras dessa juventude. As escolas privadas não implementaram a proposta oficialmente. O resultado foi o empobrecimento do ensino público. Também o decreto 2208/1997, pensado no contexto contrarreformista de Fernando Henrique Cardoso, propõe um apartamento entre formação geral e ensino técnico, culminando em trabalhadores que exercem um fazer profissional, com fragilíssimo aprendizado para além deste, aprofundando a dualidade estrutural.

Na história do país, lembramos ainda que, somente na primeira LDB brasileira, datada de 1961, foi instituída a equivalência entre ensino profissional e o denominado geral. Antes disso, quem cursava o ensino profissionalizante sequer poderia acessar a educação superior, em evidente desqualificação do aprendizado destinado aos filhos e filhas da classe trabalhadora. Em outras palavras, a dualidade educacional é uma marca presente e estruturadora da nossa sociedade. Por isso, educar amplamente e propedeuticamente a classe trabalhadora, jamais foi projeto neste país. Não por acaso, os defensores do NEM estão entre os privatistas, defensores da educação a distância – já que aulas poderão ser ministradas neste formato -- como os grupos Croton e Anhanguera, além da Fundação Roberto Marinho, Itaú e Ayrton Senna, históricas instituições que vendem serviços educacionais que poderão ser consumidos pelo NEM (EAD, livros didáticos, material informativo, por exemplo). Também interessam aos grupos políticos como o Todos pela Educação (que ocupa os noticiários elogiando o NEM e é composto, inclusive, pelo *Ifood*). Uma formação submetida ao empreendedorismo, à profissionalização ligeira e focada na técnica e na naturalização da falta de direitos trabalhistas, de fato, interessa a estes grupos.

Assim, podemos afirmar que o NEM é uma profunda transformação curricular regressiva, que reduz disciplinas propedêuticas e aprofunda desigualdades educacionais entre ricos e pobres. Há uma reposição e um aprofundamento da referida dualidade, sempre retomada como resistência aos avanços democráticos da sociedade brasileira. Também é um golpe nas possibilidades de construção de pensamento amplo e crítico.

A efetivação concreta do NEM ainda é uma incógnita, já que a nova proposição segue em tramitação, havendo pressões de trabalhadores da educação e de estudantes no sentido de sua modificação. No entanto, observando a conjuntura de um legislativo reacionário, um governo de conciliação de interesses da burguesia e dos trabalhadores e de uma sociedade civil ainda não suficientemente mobilizada, os horizontes parecem trazer a vitória do conservadorismo e, portanto, do NEM.

Finalmente, queremos pensar nos impactos da contrarreforma para o trabalho das assistentes sociais que atuam na política de educação, campo em que atuamos desde os primórdios da profissão. Lembramos da Lei 13935/2019 que dispõe sobre assistentes sociais e psicólogos na Educação Básica, apesar de ainda em implementação em estados e municípios, amplia a presença destes profissionais nas escolas. Além disso, a rede federal, desde os anos 10 do século XXI, tem ampliado a presença de profissionais de Serviço Social em suas instituições, especialmente nas ações da chamada assistência estudantil, como revela nossa experiência profissional.

Em um contexto em que as expressões da questão social se complexificam e diante da centralidade das instituições educacionais na atenção de crianças, adolescentes e jovens, o trabalho de assistentes sociais neste campo, torna-se ainda mais complexo. De fato, a escola é uma instituição presente no cotidiano e o espaço para onde afluem muitos problemas, já que esta é, além de espaço de aprendizado, ambiente de proteção social: violência doméstica e nos territórios, adoecimentos, pobreza, demandas das pessoas com deficiência, abandonos, questões de saúde. Diante da fragilização educacional aprofundada pelo NEM, os cenários escolares podem ficar ainda mais difíceis. Desta forma, será ainda mais relevante o trabalho em rede, de modo a articular políticas sociais, a aproximação com as famílias, bem como a elaboração de projetos educativos com temas transversais. Por isso, a presença de assistentes sociais poderá ser mais demandada.

Além disso, entendemos que o trabalho do Serviço Social deverá crescer no diálogo com estudantes sobre vestibulares, política de cotas nas universidades públicas, direito à educação, o que são as universidades, permanência estudantil e políticas de juventude. Em escolas em territórios mais empobrecidos, onde o acesso ao nível superior já era um tema pouco trabalhado, o reforço deste direito será tarefa fundamental, além do trabalho de suporte aos jovens e suas famílias, vulnerabilizados pela desigualdade social. Complementando este quadro, verificamos que como citado aqui, a busca pelo ENEM caiu nos últimos anos e a consequência deste quadro pode ser a diminuição de candidatos potencialmente cotistas (de fato, na universidade onde atuamos, a totalidade da reserva de vagas para as cotas, afixada em 45%, jamais foi alcançada, ficando esta ocupação em torno de 33% – CAIAC, 2015). Acrescenta-se a isso, que a totalidade das vagas destinadas a estudantes negros, são as menos preenchidas. Reconhecemos que a universidade está mais preta, mas isso não quer dizer que tem sido simples essa chegada e permanência. Entendemos que o NEM pode tornar este processo de acesso e permanência ainda mais complexos, visto que empobrece uma experiência de formação já empobrecida.

Para quem consegue ingressar na universidade e é oriundo do NEM nossa hipótese é de que lacunas educacionais podem ser ainda mais amplas. Com uma formação fragilíssima, como enfrentar disciplinas mais complexas, textos em outros idiomas, leituras extensas e diversas? Entendemos que este quadro pode impactar no pertencimento, culminando na evasão. As assistentes sociais, assim como as equipes educacionais, estarão desafiadas a pensar em projetos para o enfrentamento da questão.

Por fim, é preciso ressaltar que as instituições educacionais são espaços de materialização das consequências das desigualdades sociais. Em seu interior estão presentes a fome/insegurança alimentar, diversas formas de violência, abusos diversos, dificuldades de aprendizado originadas pelas condições de vida, pela falta de acesso a direitos básicos, bem como questões que deveriam ser abordadas por outras políticas sociais, mas não são. Assim questões habitacionais, de saúde física e mental, de falta de transporte, saneamento, trabalho precoce, tudo isso pode repercutir no cotidiano das instituições formadoras. Entendemos que o NEM agudiza desigualdades educacionais (porque escolas públicas e privadas de melhor qualidade não farão adesão ao mesmo), potencializando problemas como os citados.

3- **BREVES CONCLUSÕES:**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Finalizando é preciso dizer que não podemos pensar o NEM sem considerar a estrutura que o produz. Falamos de um capitalismo em crises profundas desde a década de 1970, para as quais não existem saídas. Falamos também de um contexto de geopolítica mundial em que crescem a extrema direita, a inflação, o fascismo, aprofundando ódios e a perseguição de supostos inimigos. Não por acaso, a imensa precarização do trabalho, em curso, vem associada à fragilização e simplificação da formação, afinal, educar para uma vida produtiva em que predomina o trabalho simples, sem direitos, por aplicativos, executado em condições inadequadas, requer um aprendizado também precarizado.

O NEM responde a estas demandas por formação para a vida produtiva, de modo acrítico, aprofundando ciclo de desigualdade educacional. Neste sentido, entendemos que é uma resposta às cotas (pois pode impactar no acesso de potencialmente cotistas) e aos movimentos de juventude, que fazem duras críticas à dinâmica de classes, ao racismo, sexismo, misoginia, capacitismo. Uma educação empobrecida, que elogia o empreendedorismo, o individualismo, a competitividade e trabalha a desigualdade como um fenômeno individual, favorece a todos estes retrocessos. Sim, estamos afirmando que o NEM significa uma regressão para a nossa incompleta, jovem, frágil e limitada ao voto, democracia e um ataque ao direito educacional da juventude, que precisará antecipar escolhas na formação, correndo o risco de aprender menos e mais superficialmente. Como nos diz Cara (2024), o NEM atinge a subjetividade dos jovens, combatendo a criticidade. Diante de tantas questões, é preciso dizer que o importante Programa Pé de Meia, infelizmente focado somente no acesso à renda, não fará frente ao NEM.

3- REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

BELLOTTI, Adriana, GRZECA, Franci e BOHRER, Marcos. Novo Ensino Médio. Análises e projeções. Entrevista Com Daniel Cara. *In.*: Revista Educação e Linguagens. Vol 12, n.23, 2023. Disponível em <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducplings/article/view/7988>, acesso em 15/03/2024

BRASIL. Lei 5692/1971. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>, acesso em 03/03/2024

BRASIL. Decreto 2208. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em 03/03/2024

BRASIL, Lei 13935/2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviços social na rede pública de educação básica. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm, acesso em 15/07/2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL, MEC. Censo da Educação Escolar. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>, acesso em 12/03/2024

BRASIL, MEC, Programa Pé de Meia, PPM. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>, acesso em 30/03/2024

CAMPELO, Margarida. **Dicionário crítico**. Disponível em <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/duaedu.html>, acesso em 12/04/2023

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2026

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. *In.*: Revista Educação e Humanidades, Campinas, SP, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em <https://7CLbgjQSMbW6hX7T9wbQ4mn>, acesso em 29/03/2024

JORNAL O GLOBO. Após reforma do Ensino Médio pais e professores criticam disciplinas inusitadas. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/aula-de-rpg-ou-de-cuidados-com-o-pet-professores-e-pais-criticam-disciplinas-inusitadas-do-novo-ensino-medio.ghtml>

KUENZER, Acacia Zeneida. A exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações de trabalho e educação. Fórum Nacional de EJA, 2005.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2000.

MÈSZAROS, Istavan. A educação para além do capital. São Paulo, Boitempo, 2004.

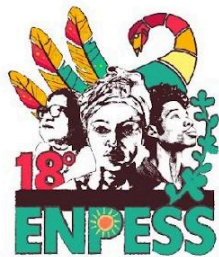
REVISTA EXAME. Após reforma do Ensino Médio alunos têm aulas do “o que rola por aí e brigadeiro”. Disponível em <https://exame.com/brasil/apos-reforma-do-ensino-medio-alunos-tem-aulas-de-o-que-rola-por-ai-rpg-e-brigadeiro-caseiro/> acesso em 15/07/2024

REVISTA VEJA. As incertezas com as interrupções do Novo Ensino Médio. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/as-incertezas-com-a-interruptao-na-implementacao-do-novo-ensino-medio>, acesso em 29/04/2024

SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação. Fundamentos Ontológicos, 2007. Revista Brasileira de Educação, vol. 12 n 34, pag 152/165. jan/abril 2007

UERJ, UERJ. CAIAC. *Levantamento de cotas 2015*. Disponível em http://www.caiac.uerj.br/documentos/LEVANTAMENTO_inicial_2015.pdf, acesso em 23/06/2024

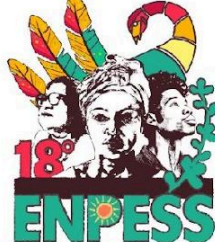
UBES, Estudantes pela revogação integral do Novo Ensino Médio, 2023. Disponível em <https://www.ubes.org.br/2024/estudantes-vaio-as-ruas-em-ato-pela-revogacao-do-novo-ensino-medio-nem/>, acesso em 18/07/2024



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**